

Justiça, Paz e alegria no Espírito Santo (Rm 14,17). Uma aproximação entre Espírito Santo e Paz

Righteousness, Peace, and Joy in the Holy Spirit (Rom 14:17). An Essay on Holy Spirit and Peace

Erico Hammes
Pesquisador independente - Brasil

Resumo

O artigo visa apresentar uma Pneumatologia pacifista a partir da vinculação entre Espírito Santo e paz em vista de uma práxis correspondente. Em palavras de João Paulo II, “o Espírito-Amor, é também o Espírito da paz” (*Dominum et Vivificantem*, n. 67). Trata-se da recuperação de um conceito presente na tradição e na piedade popular e eclesial, fundamentável na Teologia Trinitária da *Communio* de pessoas e na compreensão bíblica do Deus da paz, bem como de aproximações neotestamentárias entre o Espírito Santo e a paz. Mostra-se, ao final, que uma vida segundo o Espírito, implica o engajamento criativo em favor da paz e não violência em todos os âmbitos da existência cristã.

Abstract

The article aims to present a pacifist Pneumatology starting from the link between the Holy Spirit and peace in order to a corresponding praxis. In the words of John Paul II, “the Spirit-Love is also the Spirit of peace” (*Dominum et Vivificantem*, n. 67). This is a recovery of a concept present in popular and ecclesial tradition and piety, grounded in the Trinitarian theology of the *Communio* of persons and in the biblical understanding of the God of peace, as well as of New Testament links between the Holy Spirit and peace. As conclusion is possible to say that a life according to the Spirit implies a creative commitment for peace and nonviolence in all spheres of Christian existence.

Palavras-chave

Pneumatologia da paz.
Vinculum pacis.
Espírito da Paz.
Deus da paz.
Paz e não violência.

Keywords

Pneumatology of peace.
Vinculum pacis.
Spirit of peace.
Peace and nonviolence.

Introdução

Existem poucos textos na literatura sistemático-teológica refletindo a vinculação do Espírito Santo com a paz.¹ Mesmo obras de autoras e autores sabidamente comprometidas/os com uma perspectiva pacifista do Cristianismo, não mencionam e nem desenvolvem explicitamente o tema, seja em obras de Pneumatologia - onde o Espírito não é associado diretamente à paz, mencionando-se apenas a paz como um dos seus frutos - nem nas obras de Teologia da paz - em que não se fala do Espírito Santo. Apesar deste silêncio, constata-se uma associação frequente na prática entre a pomba, símbolo do Espírito Santo, e a paz. Ainda que historicamente o Espírito Santo seja representado como pomba, em referência aos textos do Batismo de Jesus, e apenas recentemente, por uma lembrança do final do dilúvio, simbolize a paz,² a fusão de ambos os motivos faz sentido teologicamente. Além disso, alguns textos esparsos, geralmente pastorais, testemunham essa relação. Fala-se, então, em Espírito Santo da paz, ou Espírito de paz. Uma contribuição notável, ainda que sintética, aparece na Encíclica *Dominum et Vivificantem*, de João Paulo II, o que respalda o estudo aqui proposto.

Para os efeitos da presente reflexão, entende-se como paz a resolução não violenta e criativa de conflitos, e implica a justiça nas relações interpessoais, a responsabilidade ambiental e a relação à transcendência.³ Trata-se, portanto, não de uma passividade ou indiferença ante os conflitos, e sim de uma superação da violência como meio de resolução dos conflitos em âmbito pessoal, comunitário, social, nacional, internacional e intergeracional. Fica evidente, portanto, que o conceito de paz vai muito além de um de uma paz interior ou de um estado de coisas oposto ao da guerra, pois esta é apenas

¹ Foi possível identificar apenas um artigo de poucas páginas sobre o Espírito Santo e a paz: SCHWAGER, Raymond. 1983. Der Heilige Geist und der wahre Friede. *Erneuerung in Kirche und Gesellschaft*, n. 15, 1983, p. 23-25.

² A associação entre a pomba e a paz, encontra-se em numa conferência internacional sobre a paz, realizada em 1949 em Paris e tem por base uma pintura de Pablo Picasso, que depois desenhou variações sobre o tema, que hoje pode ser encontrado em muitos contextos em prol da paz.

³ Essa descrição aproxima-se do que afirma a “CARTA DA TERRA”, 2001, n. 16f: “Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte”.

uma das manifestações extremas da violência, nesse caso, entre povos, ou nações.

Na história recente da Teologia, o século XX marca a recuperação de uma Teologia da paz de uma forma ampla e nunca vista na sua trajetória anterior. Desde a primeira guerra mundial, na voz de Bento XV, passando pela Segunda Guerra Mundial, com as vozes e os martírios, especialmente na Alemanha, seguindo-se o período posterior da guerra fria, autores, instituições e as Igrejas tomaram consciência crescente da paz como condição irrenunciável de vida e de existência cristã, em sintonia ou mesmo refletindo o que acontecia no conjunto da sociedade e dos países.

Como é sabido, historicamente, o Cristianismo nasceu e se desenvolveu no contexto da *pax romana* (WENGST, 1986; THEISSEN, 1992), contrastando com a égide do amor ao próximo, em continuidade à vida, práxis, crucifixão, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré, na consciência da presença do Espírito Santo, a forma da presença continuada do Senhor. Em contraste com o imperativo da caridade, a vocação essencial, o pecado acompanha a existência cristã, como fragilidade do amor. Foi justamente essa fragilidade que levou o cristianismo a contribuir para violências históricas, seja na forma de perseguições, conquistas, guerras religiosas e outras guerras, como regimes autoritários, envolvimento com empresas colonizadoras, cumplicidade com o regime da escravidão e mesmo a omissão diante da exploração do trabalho. Enquanto isso, muitas vezes no silêncio ou na clandestinidade a caridade gerou os mártires da paz e não violência e manteve o filão da diaconia e do cuidado, tanto com pessoas isoladas, quanto em ordens e congregações, assim como em movimentos e igrejas. O pecado não foi capaz de extinguir a caridade e a graça.

O Deus da paz

O Novo Testamento, por sua vez, refere com frequência a expressão “Deus da paz” (cf. Rm 16,20; 1 Cor 14,33; 2 Cor 13,11; Fl 4,9; 1 Ts 5,23; Hb

13,27).⁴ Ora, essa afirmação do Deus da paz, tendo em conta uma regra fundamental, ou *regula fidei* (regra de fé) na expressão dos Santos Padres, da fé trinitária, pode ser a traduzida na seguinte forma: cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, e que, por obra do Espírito Santo, por nós e pela nossa salvação, o Filho se encarnou em Maria, tornando-se em tudo igual a nós, menos no pecado. Por conseguinte, falar em *Deus* no cristianismo, significa falar em unidade e em trindade, ou melhor, em *Triunidade*. Em linguagem dogmática estrita implica poder dizer três vezes o mesmo dos três, menos o de serem o mesmo: o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito é Deus, mas nenhum dos três é o outro. De modo semelhante, o que se pode dizer de Deus, pode-se dizer dos três a não ser que ao falar *Deus* se esteja falando do Pai, como logo se verá. Antes, porém, é necessário lembrar um pressuposto essencial, muitas vezes negligenciado, da Teologia trinitária.

O ponto de partida da Teologia Trinitária, não é, como às vezes se supunha, a simples reflexão filosófica a respeito da possibilidade de um fundamento último para a existência do real ou dos seres contingentes, mas é a afirmação da fé israelita, testemunhada no Antigo Testamento, recebida e desenvolvida no Novo: “Escuta, ó Israel, YHWH (o SENHOR) nosso Deus é o único YHWH” (Dt 6,4; cf. Mc 12,29 e par.).⁵ Tanto a afirmação do divino, quanto a sua unidade, no sentido de não ser um ao lado de muitos, derivam da tradição judaica. Embora não necessariamente a fé judaica seja a única a afirmar o monoteísmo, é de fato o ponto de partida da fé cristã, e deve ser fundamento da Teologia Trinitária.

Aceito o pressuposto acima colocado, é possível refletir sobre o alcance do uso de uma expressão isolada do Antigo Testamento, em Jz 6,24, relatando

⁴ Para uma aproximação ao tema ver GUIMARÃES, Irineu Rezende. *Correspondência com Irene - Meditações de Um Cristão Sobre a Paz e a não Violência*. Edição: 1ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2019, p. 268-270. Diferentes perspectivas, incluindo indicações sobre a trindade da paz, podem ser encontradas em DEAR, John. *The God of peace*. New York: Orbis Books, 1994.

⁵ Ainda que os debates recentes sobre o Ateísmo tenham evidenciado ser necessário o debate filosófico dos pressupostos implicados para mostrar a não contradição da fé com as exigências da razão, deixaram claro também, e mais uma vez, que a afirmação de fé no Divino, exatamente por ser ato de fé, é gratuito e não dedutível da Filosofia ou da razão. É por essa razão, que no contexto do Concílio Vaticano II, superando a divisão manualística do tratado de *De Deo Uno et Trino* entre abordagem filosófica da unidade e a trindade como o aspecto especificamente cristão, se passou a relacionar mais intimamente a fé judaica do divino com a revelação a partir de Jesus de Nazaré (Sobre a problemática podem ver-se as observações de Karl Rahner (FEINER; LÖHRER, 1978, p. 283-359, esp. a partir da p. 344).

ter Gideão erguido um altar e lhe dado o nome “YHWH é paz” bem como as frequentes associações entre o Senhor e a paz ao longo do Antigo Testamento. Se por um lado seria absurdo compreender o Senhor como sendo idêntico ao modo cristão de falar do Divino trinitário, é inegável, de outro lado, que no Antigo Testamento se testemunha uma afinidade entre o Divino e a paz. Considerando serem as menções de Deus, no Novo Testamento, frequentemente, vinculáveis ao Pai - o correspondente a YHWH -, e não às três pessoas⁶, pode afirmar-se que diretamente o Pai é o Pai de paz. Ao afirmar o Senhor como princípio de paz, e ao chamá-lo de *Abba*, ó Pai, como Jesus recebe da sua tradição, e a comunidade primitiva acolhe, o próprio Jesus pode ser reconhecido como o Príncipe da paz (cf. Is 9,5). Mesmo sem que o título lhe seja explicitamente aplicado, seu nascimento é interpretado como presença de paz (cf. especialmente Lc 1,79; 2,14), bem como o perdão dos pecados e a missão dos discípulos associados à paz. Por fim, ele mesmo é identificado com a paz: “Ele é a nossa paz” (Ef 2,14).

No desenvolvimento cristológico e trinitário posterior, ao se estabelecer a divindade de Jesus de Nazaré (Concílio de Niceia, em 325), e a unidade do humano e divino (Concílios de Éfeso, em 431, e Calcedônia, em 451) na sequência do Novo Testamento, assevera-se a possível circularidade das afirmações a partir de Jesus e do Mistério Divino. Em outras palavras, se o Pai corresponde ao Senhor da paz, e se o Filho, em sua encarnação se identifica com a paz, é reforçada a identificação do divino com a paz. Tanto é divina a paz, quanto é pacificador o Divino.

Chega-se, por fim, ao Espírito Santo como pessoa trinitária de paz, pelo caminho da Cristologia ou da fé em Jesus de Nazaré como o Cristo, no Espírito Santo, permitindo que se fale em “Cristologia Pneumatológica” e “Pneumatologia Cristológica⁷. Com efeito, todo o Novo Testamento, testemunha a vinculação entre Jesus e o Espírito, desde a encarnação por obra do Espírito até a afirmação da fé em Jesus de Nazaré como o Senhor “no Espírito Santo” (cf. 1 Cor 12,3). A encarnação do Filho, pode ser qualificada

⁶ É o que mostra Rahner na obra *Theos im Neuen Testament*. v. 4. Freiburg: Herder, 2002, p. 346-403.

⁷ Para uma exposição mais extensa dessa relação conferir HAMMES, Erico. O Espírito Santo e Jesus: Uma ‘inversão’ cristológica? *Teocomunicação*, n. 32, 2002, p. 659-683.

como “encarnação da paz”. Ou seja, pelo Espírito Santo, a Paz, que é o Senhor, se torna carne, ser humano, história. E se Jesus é “nossa paz”, também o Espírito por quem Jesus entra na História humana ao fazer-se carne, se revela como sendo paz, princípio de paz. Assim, o “Deus da paz”, a partir da afirmação da unidade trina, pode, então ser entendido como sendo a trindade da paz.⁸ Sob esse pano de fundo, é que faz sentido olhar para a relação entre Espírito Santo e paz.

O Espírito Santo, vínculo da paz

A partir da exortação de Paulo a que os fiéis de Éfeso vivam em amor uns pelos outros “procurando conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4,2-3), Agostinho de Hipona aplica ao Espírito o título de vínculo da paz - *vinculum pacis* - (*De trinitate*, V, 5, 7). Ainda que na carta aos Efésios, a identificação ao Espírito não seja necessária, a leitura do Bispo de Hipona pode ser sustentada e parece oportuna para uma “pneumatologia pacifista”. Karl Barth, destaca essa interpretação agostiniana em sua *Dogmática Eclesial* (BARTH, 1944, p. 493-494)⁹ e a repete no seu último texto publicado, um posfácio a uma seleta de textos de Schleiermacher (BARTH, 1968, p. 312).¹⁰

Antes de seguir na sugestão agostiniana, recebida por Barth, é necessário tratar duas discussões envolvidas na sugestão: o conceito de pessoa e a interpretação específica da personalidade do Espírito Santo. Do ponto de vista da Teologia Trinitária, Barth tem dificuldade em alguns aspectos históricos, em particular o conceito de pessoa. Assim como K. Rahner, também K. Barth, embora não descartando seu uso, entende a versão moderna do conceito de pessoa como inadequado para garantir a unidade

⁸Para breve sugestão das implicações trinitárias conferir CAHILL, Lisa Sowle. *A Theology for Peacebuilding*, in SCHREITER, Robert J.; APPLEBY, Scott; POWERS, Gerard F. *Peacebuilding: Catholic Theology, Ethics, and Praxis*. [s.l.] Orbis Book, 2010, p. 300-331, aqui 318-320.

⁹ Sobre a Cristologia da paz de Karl Barth ver HOFHEINZ, Marco. “*Er ist unser Friede*”: *Karl Barths christologische Grundlegung der Friedensethik im Gespräch mit John Howard Yoder*. Göttingen, Germany: Vandenhoeck & Ruprecht, 2014.

¹⁰ Justamente neste parágrafo final, K. Barth manifesta a possibilidade de ser necessário reler toda a Teologia Sistemática a partir do “terceiro artigo do Credo”. É o que já vinha sendo ensaiado de alguma forma em estudos de Cristologia Pneumatológica, na Eclesiologia (MÜHLEN, 1974), e mais recentemente pode ser encontrado na própria Teologia Trinitária (BÖHNKE, 2021).

divina. Propõe como explicação melhor o termo *Seinsweisen* (Formas de ser) em lugar de pessoas, enquanto Rahner sugere explicar a expressão como *Distinkte Subsistenzweise* (Formas distintas de subsistência). Ambos os teólogos rejeitam uma subjetividade interativa no divino, à semelhança do que se conhece nas relações humanas mesmo que exista um modo próprio de a consciência subsistir no Pai, no Filho e no Espírito. Um verdadeiro Eu-Tu é colocado em questão.

A sugestão de Barth foi discutida, entre outros, por Migliore (2000). Ressalvando-se o valor da recuperação do conceito agostiniano, mostra-se especialmente problemática a compreensão do Espírito Santo, enquanto pessoa. Observa-se com razão que há uma tendência a reduzi-la a simples passividade - o Espírito como puro meio do amor do Pai e do Filho, sem que “tenha sido bem-sucedido na elaboração de um conceito de pessoa comunitária”, ao se prender exclusivamente a dois modelos: ou três individualidades - triteísmo - ou somente um sujeito - a substância divina (MIGLIORE, 2000, p. 137). A alternativa com a qual autores como Zizioulas (1997), Moltmann (2000), Greshake (2007), Boff e muitos outros abordam o tema da pessoa enquanto subjetividade relacional, permite sim, garantir a unidade divina sem cair no triteísmo em sentido estrito. O Espírito Santo não é, então, explicado como passividade, dom que é simplesmente entregue, mas como a *communio* subsistente e constituinte da unidade do Pai e do Filho. O Espírito “é aquela pessoa na qual a *communio* do amor divino encontra a sua forma plena, mais ainda, na qual o Pai e o Filho são ‘projetados’ no ‘para-além-de-si-mesmos’ da vida comum” (GRESHAKE, 2007, p. 211).

Quanto a Rahner, como demonstra Hilberath, a crítica ao conceito de pessoa atinge apenas determinada linha do pensamento moderno enquanto a introdução do termo em Teologia trinitária por parte de Tertuliano, reflete a noção bíblica de rosto e tem a intenção de explicitar a trindade de forma relacional (HILBERATH, 1986).¹¹ Além disso, Hilberath mostra que a própria Filosofia Moderna, se move entre a “radical relacionalidade” e o “absoluto ser

¹¹ Hilberath menciona, ademais, a sistematização do conceito presente (MIRANDA, 1975). O próprio Rahner, no prefácio ao livro, aceita as observações do autor brasileiro e sublinha o caráter explicativo do seu conceito.

para si” (HILBERATH, 1986, p. 143). O ser pessoa consiste em “no-outro-ser/estar-junto-a-si-mesmo” (*Im-Anderen-bei-sich-selbst-Sein*) (GRESHAKE, 2007, p. 210, n. 582).

A partir daí, a compreensão do Espírito Santo como *vinculum pacis* permite identificar sua participação no “Deus da paz”, especificamente como a realização e o dom da paz entre os seres humanos, dos seres humanos com a natureza e com a transcendência justamente porque na Trindade imanente o Espírito é esse mesmo vínculo entre o Pai e o Filho, obviamente não enquanto “resolução de conflito”, mas como superabundância do amor, como plenitude. Do ponto de vista da vida cristã, esse aspecto da Pneumatologia, leva à consequência de uma constituição teologal de paz. O dom do Espírito faz o ser humano ser paz e não violência. E a violência, bem como a ruptura de comunhão, é a contradição intrínseca à existência espiritual.

É nessa direção que Lavatori (1997, p. 843-845) mostra a relação entre o Espírito Santo e a paz. Inicia por lembrar *Gaudium et Spes* n. 78 em que se afirma o amor ao próximo como imagem do amor entre o Pai e o Filho, “príncipe da paz”, que reconciliou o ser humano com Deus e “derramou nos corações o Espírito de amor”. Ainda que o Concílio aqui não estabeleça um vínculo direto entre o Espírito Santo e a paz, parece coerente fazer, com Lavatori, a ilação de ser a fonte da paz, “entendida como união interpessoal no amor, fundada por sua vez na reconciliação do ser humano com Deus” (LAVATORI, 1997, p. 844). Desenvolve, em seguida, dois aspectos essenciais da relação do Espírito à paz: por um lado, a paz como fruto do Espírito Santo (Rm 8,6; Gl 5,22; Ef 4,3), e por outro, o Espírito como “expressão divina da paz”. Sobre o primeiro aspecto, sem entrar aqui em sua referência a Jo 14 e 20, convém destacar o texto breve de Gl 5,22-23a, mesmo se não desenvolvido pelo Autor. Ao elencar os frutos de Espírito, Paulo já dá por si mesmo uma descrição do sentido bíblico do contexto da paz: “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio”. A simples leitura da sequência dos frutos, inspira um sentido, uma moldura para a paz. O contraste é constituído pelas “obras da carne [...]”: fornicção, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, rixas, ciúmes, ira, discussões, discórdias, divisões [...]” (Gl 5,19-21). É claro que

não se tem como horizonte imediato a guerra entre os povos e nem entre os grupos, mas se tipifica a condição de vida na violência em contraste com uma existência pacífica, referindo esta explicitamente ao Espírito, ou à vida segundo o Espírito. No entanto, como nota Schockenhoff, “a realização da paz no interior da comunidade [...] deve irradiar-se a todos os âmbitos das relações humanas e da vida política do mundo daquele tempo”. Lembra, em seguida a exortação de Paulo a não retribuir o mal com o mal, mas alimentar bons sentimentos em relação a todos, e, na medida do possível, “viver em paz com todos” (Rm 12,18) (SCHOCKENHOFF, 2018, p. 489).

Na segunda parte do artigo, Lavatori propõe o Espírito Santo como expressão da paz, o que pode ser uma aproximação do pensamento agostiniano e barthiano. Lembra, inicialmente, o fato de o Espírito ser apresentado biblicamente como dom, e menciona a expressão da encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 10, segundo a qual “É Pessoa-Amor. É Pessoa-Dom.” Apesar de toda precaução que a Teologia deve ter com especulações sobre o Trindade Imanente, a condição de o Espírito ser pessoa, intratrinitariamente, pode ser entendida como personalização mútua: o Pai realiza o ser pessoa na doação de si, constituindo ao Filho no Espírito, por quem o Filho realiza a condição filial, de tal maneira que o Espírito é, na unidade, a própria unidade donativa e comunicativa. O Espírito não é, portanto, divisão de unidade, mas personalização de unidade, expressão da unidade mais radical do Pai, do Filho e do Espírito, afirmação de três em unidade, triunidade; não triunidade contida ou fechada em si mesma e sim aberta à autotranscendência, a uma possível alteridade subjetiva. Em outras palavras, o divino assim reconhecido, a partir do Espírito Santo, revela-se como difusivo de si mesmo em direção a uma possível alteridade não divina, até mesmo contraditória; receptiva e reconciliadora a ponto de se lhe unir, como se manifesta ao assumir, por obra do Espírito, a condição criatural para tornar divino ao não divino. Dessa forma, pode dizer-se, com Lavatori, que o Espírito Santo não apenas é “o princípio transcendente de toda verdadeira paz e comunhão entre os seres humanos, mas é o sinal a cuja luz a criatura humana pode [...] ela mesma ser na terra imagem e instrumento da paz assumindo a alegria e humildade de fazer-se dom” (LAVATORI, 1997, p. 845).

O Espírito Santo e a paz no evangelho de João e na literatura paulina

É notável que no Evangelho de João a paz e o Espírito Santo constituam uma espécie de moldura da cruz e ressurreição. O termo paz ocorre no contexto do anúncio da morte (14,27 [2 vezes]; 16,33) e depois da ressurreição (20,19.21.26), três vezes, antes da cruz e três vezes depois da cruz, junto com a promessa do Espírito, antes, e com o sinal da entrega, no “primeiro [dia] da semana” ou “oito dias depois”. Narrativamente, no centro está a cruz com “entregou o espírito” (Jo 19,30). Em seu conjunto, nos capítulos 14-20 discursos refletem os temas do amor, da promessa de permanência com os discípulos, do envio do Espírito Santo para a resistência ativa e não violenta, da alegria futura. da paz, do novo mandamento - “amai-vos como eu vos amei” (15,12.17) -, da amizade, do perdão e da reconciliação, da unidade interior com o Filho e o Pai, da unidade entre os discípulos, do desarmamento - “guarda a tua espada” (18,11). O foco é a cruz e ressurreição, com a fidelidade maternal e amiga de algumas mulheres e do “discípulo que ele amava” (19,16). No agir, a reação de Jesus ante a violência religiosa e política é descrita como de firmeza, fidelidade ao Pai, proibição do uso da espada, negação ao enfrentamento do poder pela violência, entrega da sua mãe ao discípulo amado, do discípulo amado à mãe, e, por fim, “inclinando a cabeça, entregou o espírito” (Jo 19, 26-27.30). E nas aparições, além da familiaridade geral presente nas narrativas, aparece explicitamente a vinculação entre a paz, a missão, o Espírito Santo e o perdão (20, 19-28).¹² Schnackenburg, em seu comentário a esses textos, afirma ser “a paz algo específico do tempo do Espírito” para João (SCHNACKENBURG, 1963, p. 97). De modo semelhante, Michèle Morgen entende que para João, os fiéis, na sua missão “se apoiam, pela fé e com a ajuda do Espírito Santo, sobre a presença

¹² Como sublinha Schockenhoff “[A paz é] o dom do ressuscitado aos discípulos imediatamente vinculado ao seu envio e à recepção do Espírito Santo” (2018, p. 493). “A paz escatológica, emblema do tempo pós-pascal, se concretiza em três consignações: o envio, o dom do Espírito e o poder de perdoar” (ZUMSTEIN, 2010, p. 186-187) A vinculação entre paz e perdão, mais ainda, perdão aos inimigos, encontra-se, ademais, em Mt, como demonstra Gerd Häfner, ao concluir que “no interior da comunidade a promoção da paz se evidencia no fato de a pessoa atingida pelo pecado do irmão vai fazer tudo para purificar a relação - e mesmo no caso de falhar, não vai separar-se dele, mas perdoar-lhe” (2010, p. 85-96).

indefectível do Senhor, alegria e paz para o coração, desde o presente” (MORGEN, 2010, p. 172).

Aquele que foi concebido pelo Espírito em Maria, que viveu e morreu conduzido pelo Espírito e vinculado ao Espírito, é ressuscitado, no mesmo Espírito. Por sua morte e ressurreição é Ele mesmo feito a Paz, e pode comunicar o Espírito da paz aos discípulos a fim de que também eles sejam paz e fonte de paz através do perdão e da alegria.

Quando Paulo reiteradas vezes aproxima o Espírito e a paz, em conexão com Jesus, fundamenta o que João desenvolverá. Assim, além de afirmar Jesus como “nossa paz” (Ef 2,14), elenca a paz entre os frutos do Espírito, e como se viu acima, aproxima o Espírito ao “vínculo da paz”. Ao qualificar a Deus como “Deus da paz”, Paulo, nem mesmo quando contrapõe essa expressão à desordem dos carismas na comunidade de Corinto - “Deus não é um Deus de desordem, mas de paz” (1Cor 14,33) - reduz Deus a uma espécie de “guarda da paz”, mas quer sublinhar que “Deus sendo ‘paz’ por essência, não podem os dons do Espírito estar na origem da anarquia” (GERBER, 2010, p. 236-237). Talvez a expressão mais abrangente dos seus textos seja uma observação quase incidental provocada pela polêmica dos alimentos: “O Reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas em justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17). De certa forma em paralelismo com os textos joaninos e os sinóticos, pode dizer-se que se trata de “sinais da presença do Reinado de Deus produzidos pelo Espírito Santo” (SCHOCKENHOFF, 2018, p. 496).

As indicações precedentes da tradição bíblica, são recebidas pelo rito católico atual da Reconciliação, na fórmula de absolvição: “Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E eu te absolvo dos teus pecados ...”. O Espírito Santo é interpretado como sinal do perdão, e a paz é adicionada ao perdão, isto é, vai junto com o perdão. É o que se pode encontrar em Agostinho de Hipona, no *De Baptismo* (I, 8, 11). Ao comentar a concessão do perdão em uma referência à imagem do corpo, menciona o efeito num membro que se desvinculou da caridade. A fim de que não

prejudique todo o corpo, “a misericórdia de Deus não cessa de oferecer o remédio da reconciliação e o vínculo da paz, a fim de que (os membros) sejam socorridos e curados.¹³ Como já foi visto, o “vínculo da paz” se refere ao Espírito Santo, e exprime, portanto, a dupla circularidade recebida na fórmula atual do sacramento da reconciliação. Certamente a paz aqui referida nem sempre tem a ver com a superação da violência no mundo, mas exprime a não violência divina, a reconciliação com o Pai, e pode significar um modo de se relacionar consigo, com seus semelhantes e com o mundo. O perdão divino afirma a precedência da reconciliação sobre a destruição e a violência que ameaçam a pecadora e o pecador: “ninguém te condenou? Nem eu te condeno” (cf. Jo 8,10). Perdoar, fundamentalmente é um ato de preservação da vida e da integridade da outra pessoa, e é pressuposto da resolução não violenta de conflitos.

Considerações finais

A hermenêutica trinitária da expressão “Deus da paz”, recorrente no Novo Testamento, permite interpretar o Espírito Santo como Espírito de paz e não violência, ou em termos agostinianos nomear o Espírito como vínculo da paz, assim como Jesus “é nossa paz” e o Pai é o “Deus da paz”. O mistério trinitário torna-se então mistério trinitário da paz, um mistério de paz, e a paz se torna ortopraxis da fé. Crer no Espírito Santo, é então, praticar a paz. E se em conformidade com Mt 5,9 “os que promovem a paz, serão chamados filhos de Deus” e se a filiação, conforme Rm 8,14-17 e Gl 4,6 é obra do Espírito, então, é também obra do Espírito a paz. Fazer a paz e ser filha ou filho divino tem a mesma fonte, o Espírito Santo. É por isso também que no Hino vespertino de Pentecostes, a Igreja pode suplicar “concede-nos a tua paz”. Em coerência com a Cristologia e a História da Salvação em seu todo, desde a criação ao futuro definitivo, o “Senhor e vivificador” está entre o nada do início e o cosmo criado mediante a aliança com o universo e o ser humano; é a força que permite a palavra profética regenerativa e sustenta a

¹³ Cf. a respeito, SÁNCHEZ ROJAS, Gustavo. El espíritu santo reconciliador en la teología de San Agustín de Hipona. In: *Enciclopedia Católica*. [S.l: s.n.], [S.d.]. Disponível em: <https://ec.aciprensa.com/wiki/Agust%C3%ADn_de_Hipona:_EL_Esp%C3%ADritu_Santo_reconciador_en_la_telog%C3%ADa_de_San_Agust%C3%ADn_de_Hipona>. Acesso em: 15 nov. 2022.

expectativa de um novo ungido, o “príncipe da paz” em cujos dias “justiça e paz se abraçarão”, em que os corações de pedra serão substituídos por corações de carne, das espadas se forjarão relhas e das lanças arados, os pobres serão evangelizados, os doentes curados, os prisioneiros libertos e uma nova aliança será instaurada. Este é o Espírito que a aparição de Jesus de Nazaré deixa reconhecer, em sua existência concreta de ungido que “carregado pelo Espírito” atravessa as tentações no deserto, proclama o Reinado de Deus, de justiça, paz e alegria, em ruptura com o reinado violento, injusto e desolador, opta pelo testemunho da proximidade divina como Pai, no Espírito Santo, convoca e envia discípulos “como ovelhas no meio de lobos” à proclamação da paz e lhes promete o Espírito Santo como advogado, e a sua paz, em contraste com a paz do mundo. A plenitude do Espírito se derrama da cruz, quase sobre ninguém, quase como dentro da noite do início, mas se acende como vida definitiva na ressurreição, rompendo as portas do medo, e sendo ratificada com o perdão dos pecados e a superação do ódio. Pela entrega do Espírito une-se, em Jesus ressuscitado, o Divino a todo ser humano e à criação inteira, fundando-se irreversivelmente a paz como intersubjetividade comungante.

Referências

AGOSTINHO DE HIPONA (AUGUSTINUS). *De Trinitate*. 4ª ed. Madrid: BAC, 1985. (Col. BAC 39). Trad. bras. A Trindade. São Paulo: Paulus, 1995 (Col. Patrística 7).

BARTH, Karl. *Die Kirchliche Dogmatik: 13 Bd.* 4a ed. Zürich: Evangelische Buchhandlung Verlag Zolikon, 1944.

BARTH, Karl. Nachwort. In: BOLLI, Heiz (Ed.). *Schleiermacher-Auswahl*. München: Auswahl, 1968, p. 290-312. Disponível em <https://jochenteuffel.files.wordpress.com/2018/12/barth-nachwort.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

BÖHNKE, Michael. *Geistbewegte Gottesrede: Pneumatologische Zugänge zur Trinität*. 1. ed. Freiburg: Herder, 2021.

MORGEN, Michèle. La paix dans l'évangile de Jean. In: BONS, Eberhard; GERBER, Daniel; KEITH, Pierre (Org.). *Bible et paix. Mélanges offerts à*

Claude Coulot. Paris: Cerf, 2010, p. 165-176.

CAHILL, Lisa Sowle. A Theology for Peacebuilding. In: SCHREITER, Robert J.; APPELBY, Scott; POWERS, Gerard F. *Peacebuilding: Catholic Theology, Ethics, and Praxis*. New York: Orbis Book, 2010, p. 300-331.

CARTA DA TERRA. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://earthcharter.org/virtual-library2/the-earth-charter-text/>>., 2001. Acesso em: 18 out. 2022.

DEAR, John. *The God of peace*. New York: Orbis Books, 1994.

FEINER, Johannes; LÖHRER, Magnus. *Mysterium Salutis: A história salvífica antes de Cristo \ Deus uno e trino II/1*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. (Mysterium Salutis II/1).

GERBER, Daniel. Car Dieu n'est pas un Dieu de désordre, mais un Dieu de paix (1Co 14,33a). In: BONS, Eberhard; GERBER, Daniel; KEITH, Pierre (Org.). *Bible et paix. Mélanges offerts à Claude Coulot*. Paris: Cerf, 2010, p. 227-237.

GRESHAKE, Gisbert. *Der dreieine Gott : Eine trinitarische Theologie*. 5. Auflage ed. Freiburg: Verlag Herder, 2007.

GUIMARÃES, Irineu Rezende. *Correspondência com Irene - Meditações de Um Cristão Sobre a Paz e a não Violência*. Edição: 1ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

HÄFNER, Gerd. “Selig sind die Friedenstifter” [Mt 5,9]: Feindesliebe und Vergebung als Aspekte matthäischer Friedensethik. In: BONS, Eberhard et alii. *Bible et paix mélanges offerts à Claude Coulot*. Paris: Cerf, 2010, p. 85-96.

HAMMES, Erico João. O Espírito Santo e Jesus: uma inversão cristológica? *Teocomunicação* (PUCRS. Impresso), v.32, p.659-683, 2002.

HILBERATH, Bernd Jochen. *Der Personenbegriff der Trinitätstheologie in Rückfrage von Karl Rahner zu Tertulians “Aduersus Praxean”*. Innsbruck - Wien: Tyrolia, 1986. (Col. Innsbrucker theologische Studien 17).

HOFHEINZ, Marco. ““Er ist unser Friede””: Karl Barths christologische Grundlegung der Friedensethik im Gespräch mit John Howard Yoder. Göttingen, Germany: Vandenhoeck & Ruprecht, 2014.

JOÃO PAULO II. *Dominum et Vivificantem (18 de maio de 1986) | João Paulo II*. Cidade do Vaticano: Lib. Ed. Vaticana, 1986. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_18051986_dominum-et-

vivificantem.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

LAVATORI, Renzo. Spirito Santo. In: LORENZETTI, Luigi. *Dizionario di teologia della pace*. Bologna: EDB, 1997, p. 841-845.

MIGLIORE, Daniel L. Vinculum Pacis: Karl Barths Theologie des Heiligen Geistes. *Evangelische Theologie*, v. 60, n. 2, p. 131-152, 1 mar. 2000. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.14315/evth-2000-0207/html>>. Acesso em: 18 out. 2022.

MIRANDA, Mário de França. *O mistério de Deus em nossa vida: A doutrina trinitária de Karl Rahner*. São Paulo: Loyola, 1975.

MOLTMANN, Jürgen. *Trindade e reino de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <231.01-MJTb>.

MÜHLEN, Heribert. *El Espíritu Santo en la Iglesia*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 1974.

RAHNER, Karl. *Sämtliche Werke*. Freiburg: Herder, 2002, vol. 4.

SÁNCHEZ ROJAS, Gustavo. El espíritu santo reconciliador en la teología de San Agustín de Hipona. In: *Enciclopedia Católica*. [S.l.: s.n.], [S.d.]. Disponível em: <https://ec.aciprensa.com/wiki/Agust%C3%ADn_de_Hipona:_El_Esp%C3%ADritu_Santo_reconciliador_en_la_teolog%C3%ADa_de_San_Agust%C3%ADn_de_Hipona>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SCHNACKENBURG, Rudolf. *Das Johannesevangelium: I-IV*. Freiburg - Basel - Wien: Herder (1965-1983), 1963. (Herders Theologischer Kommentar zum Neuen Testament).

SCHOCKENHOFF, Eberhard. *Kein Ende der Gewalt?: Friedensethik für eine globalisierte Welt*. Freiburg: Herder, 2018.

SCHREITER, Robert J.; APPLEBY, R. Scott; POWERS, Gerard F. *Peacebuilding: Catholic Theology, Ethics, and Praxis*. Maryknoll NY: Orbis Books, 2010.

THEISSEN, Gerd. Pax romana et pax Christi. Le christianisme primitif et l'idée de la paix. *Revue de Théologie et de Philosophie*, v. 124, p. 61-84, 1992.

VERHEYDEN, Joseph. A Puzzling Hapax Legomenon: The Peacemakers on Matt 5,9. In: BONS, Eberhard; GERBER, Daniel; KEITH, Pierre (Org.). *Bible et paix. Mélanges offerts à C. Coulot*. Paris: Cerf, 2010, p. 97-109.

WENGST, Klaus. *Pax romana: Anspruch und Wirklichkeit. Erfahrungen und*

Wahrnehmung des Friedens bei Jesus und im Urchristentum. München: Kaiser, 1986.

ZIZIOULAS, John D. *Being as communion: Studies in personhood and the church*. New York: St Vladimir's Seminary, 1997.

ZUMSTEIN, J. La paix dans le quatrième évangille. In: BONS, Eberhard et alii. *Bible et paix mélanges offerts à Claude Coulot*. Paris: Cerf, 2010, p. 177-187.

Trabalho submetido em 24/11/2022.

Aceito em 29/11/2022.

Erico João Hammes

Doutor em Teologia Sistemática pela Pontificia Universita Gregoriana (1995). Mestre em Teologia Sistemática pela Pontificia Universita Gregoriana (1987). Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979) e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1978). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6863-3811>. E-mail: erico.hammes@gmail.com.